



<b>Processo nº</b>	13819.722164/2012-61
<b>Recurso</b>	Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>2002-006.174 – 2ª Seção de Julgamento / 2ª Turma Extraordinária</b>
<b>Sessão de</b>	25 de março de 2021
<b>Recorrente</b>	LILIAN DE LIMA FEITOSA
<b>Interessado</b>	FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)**

Ano-calendário: 2010, 2011

RECURSO VOLUNTÁRIO. AUSÊNCIA DE NOVAS RAZÕES DE DEFESA.

Cabível a aplicação do artigo 57, §3º do Anexo II do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (RICARF), aprovado pela Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao Recurso Voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Mônica Renata Mello Ferreira Stoll - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Virgílio Cansino Gil – Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Mônica Renata Mello Ferreira Stoll (Presidente), Virgílio Cansino Gil, Thiago Duca Amoni e Diogo Cristian Denny.

## Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário (e-fls. 88/96) contra decisão de primeira instância (e-fls. 78/82), que julgou improcedente a manifestação de inconformidade do sujeito passivo.

Em razão da riqueza de detalhes, adoto o relatório da r. DRJ, que assim diz:

*Versam os autos sobre revisão das Declarações de Ajuste dos anos-calendário 2010 e 2011, com o cancelamento do saldo de imposto de renda a restituir e com a cobrança da devolução da importância já restituída.*

*A revisão foi motivada pelo recebimento de representação fiscal da DRF/Ribeirão Preto/SP (processo 1596.000096/201155) concluindo pela constatação de indícios de fraude cometida pela Poliedro Contadores S/C na apresentação de DIRF falsas com objetivo de justificar compensações de IRRF nas declarações de ajuste de pretensos prestadores de serviços.*

*O contribuinte em questão, identificado como um dos beneficiados das retenções de IRRF informado nas DIRF pela fonte pagadora, apresentou DIRPF apurando saldo de imposto de renda a restituir nos anos-calendário 2010 e 2011.*

*No trabalho de revisão das declarações foram excluídos tanto os rendimentos tributáveis recebidos, como o imposto de renda retido na fonte, correspondentes a Poliedro Contadores S/C Ltda, resultando no indeferimento das restituições pleiteadas e na consequente cobrança da devolução do imposto já restituído (ano-calendário 2011).*

*No Despacho Decisório Sefis/DRF/SBC nº 45/2012, a autoridade fiscal assim se manifesta:*

*"Em 26/06/12 foi encaminhado a este Sefis/Malha Fiscal Representação Fiscal da DRF/Ribeirão Preto/SP referente à fonte pagadora POLIEDRO CONTADORES S/C LTDA, CNPJ 00.315.676/000174, processo nº 15956.000096/201155, onde foi constatado indício de fraude através de DIRF's falsas, conforme Mandado de Procedimento Fiscal (MPFDiligência) nº 08109002012000300, ocasionando o pagamento indevido de restituições de imposto de renda a beneficiários que se utilizaram de informações destas DIRF's falsas.*

*A contribuinte acima identificada apresentou Declarações de Imposto de Renda Pessoa Física DIRPF referentes aos exercícios de 2011 e 2012, anos-calendário 2010 e 2011, declarando ter recebido rendimentos tributáveis da POLIEDRO CONTADORES S/C LTDA nos valores de R\$ 30.000,00 e R\$ 37.500,00, com retenção de imposto de renda na fonte (IRR) de R\$ 7.557,22 e R\$ 9.588,55, nos períodos acima mencionados, recebendo restituição indevida referente ao exercício de 2011, ano-calendário 2010, no valor de R\$7.106,46, a qual foi acrescida de juros totalizando R\$ 7.461,07. A restituição pleiteada na DIRPF do exercício de 2012, ano-calendário 2011, foi bloqueada.*

*(...)*

*Dante do exposto, de acordo com os arts. 835 e 842 do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 (Regulamento do Imposto de Renda), proponho o **INDEFERIMENTO** das restituições de imposto de renda relativas às Declarações de Imposto de Renda dos exercícios de 2011 e 2012, anos-calendário 2010 e 2011, nos valores de R\$ 7.106,46 (sete mil, cento e seis reais e quarenta e seis centavos) e de R\$ 8.611,56 (oito mil seiscentos e onze reais e cinquenta e seis centavos), respectivamente.*

*Observamos que a restituição referente à DIRPF do exercício de 2011, ano-calendário 2010, acrescida de juros, já foi resgatada pela contribuinte e será cobrada administrativamente, conforme o disposto na Norma de Execução Codac/Cofis/Cosit nº 6, de 25 de outubro de 2007, que trata de recuperação de créditos financeiros decorrentes de restituição indevida do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF)."*

*Cientificado do indeferimento em 26/09/2012, o contribuinte apresenta manifestação de inconformidade de fls. 28/33, em 09/10/2012, alegando, em breve síntese, que:*

1. *é prestadora de serviços ao Grupo denominado "**POLIEDRO**" que agrupa algumas empresas denominadas e elencadas no meu contrato de prestação de serviços, cópia esta apresentada neste ato e colocamos a disposição da fiscalização, sendo que informo minhas fontes pagadoras de acordo com o meu informe de rendimentos em meu poder;*
2. *a fonte pagadora dos anos-calendário de 2010 e 2011 foi a empresa: Poliedro Contadores SC LTDA, CNPJ 00.315.676/000174, que me forneceu o informe de rendimento que neste ato é e está assinado pelo seu sócio-gerente o sr. Humberto Alves De Oliveira;*
3. *junta os informes de rendimentos e cópia do recibo de prestação de serviço quitado acompanhado de ficha financeira e controle financeiro da Poliedro.*

O resumo da decisão revisanda está condensado na seguinte ementa do julgamento:

**DIRF FRAUDULENTA COMPENSAÇÃO INDEVIDA DEVOLUÇÃO DE RESTITUIÇÃO.**

*Restando configurado nos autos a utilização de DIRF fraudulenta para fundamentar compensações de imposto de renda retido na fonte e, dessa forma, obter restituições indevidas, correta a revisão da Declaração de Ajuste e a cobrança dos valores já restituídos.*

A 16<sup>a</sup> Turma da DRJ/SP1 julgou improcedente a manifestação de inconformidade, assim se manifestando:

(...)

*Com base em todas essas evidências, não se pode considerar os comprovantes de pagamentos e as DIRF hábeis a demonstrar a retenção do imposto de renda retido na fonte, razão pela qual deve ser indeferida restituição pleiteada.*

*Dessa forma, voto pela improcedência da manifestação de inconformidade, mantendo a decisão da DRF de origem e a cobrança da devolução da restituição indevida.*

Inconformada, a contribuinte apresentou Recurso Voluntário, alegando que:

- está ciente da revisão das Declarações de Ajuste Anual dos anos-calendários 2010 e 2011, bem como da representação fiscal;
- entregou as DIRPFs em consonância com os informes de rendimentos emitidos pela fonte pagadora, tendo direito à restituição;
- todos os documentos probatórios foram entregues à fiscalização;
- tomou ciência dos indícios de fraude da empresa, mas seu relacionamento com a mesma está restrito à prestação de serviços;
- reitera as alegações feitas na Manifestação de Inconformidade;
- quanto ao levantamento da GFIP, apresenta, juntamente com a ficha financeira já entregue, o extrato de contribuição do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, o qual comprova os rendimentos recebidos no decorrer do ano;
- sua restituição foi depositada integralmente em sua conta bancária, desconhecendo os fatos apontados pela fiscalização;
- o indício de fraude foi ou é cometido pela empresa: POLIEDRO CONTADORES SC LTDA e, tão somente é prestadora de serviços ao Grupo Poliedro;
- quanto ao cálculo de retenção do imposto de renda efetuado pela empresa, não tem influência sobre o mesmo, tampouco tem conhecimento suficiente para quantificar o valor exato e/ou correto;
- recebe seus rendimentos mensalmente, inclusive com depósito de FGTS e desconhece a aplicação da tabela progressiva bem como o fato da empresa ter colocado o pagamento em parcela única;
- não tem acesso às informações prestadas na DIRF pela empresa Poliedro, que o valor de seus rendimentos estão corretos e, que apenas a parcela da retenção do imposto de renda é que pode indicar alguma irregularidade.

Ao final assim se manifesta:

*Estou solicitando ao aceitamento dos meus termos deste Recurso e pela procedência de minha manifestação de inconformidade, mantendo os valores informados na minha declaração de DIRPF dos anos-calendários de 2010 e 2011 e solicitando principalmente, o cancelamento do pedido de minha restituição de imposto de renda, que se encontra embasada e efetuada nos meus Informes de rendimentos fornecidos pela empresa Poliedro.*

#### *Direito Creditório Não Reconhecido*

*A DIRF é da empresa Poliedro, estou anexando um resumo de suas considerações sobre o assunto e insisto que não tenho nenhum tipo de influencia sobre seus demonstrativos fiscais prestados a Receita Federal, especificamente, neste caso, a DIRF apresentada a Autoridade Fiscal.*

É o relatório. Passo ao voto.

## Voto

Conselheiro Virgílio Cansino Gil, Relator.

Recurso Voluntário aviado a modo e tempo, portanto dele conheço.

A contribuinte foi cientificada em 14/05/2013 (e-fls. 109); Recurso Voluntário protocolado em 14/05/2013 (e-fl. 88), assinado pela própria contribuinte.

Irresignada com a r. decisão revisanda que julgou improcedente a manifestação de inconformidade, a contribuinte maneja recurso próprio.

Tendo em vista que a recorrente traz basicamente, os mesmos argumentos de sua impugnação, reproduzo no presente voto, nos termos do art. 57, § 3º Anexo II do Regimento Interno do CARF, (RICARF) aprovado pela Portaria MF 343 de 09/06/2015, com a redação dada pela Portaria MF nº 329 de 04/06/2017, a decisão de 1<sup>a</sup> Instância com a qual concordo e adoto.

*Versam os autos sobre manifestação de inconformidade contra Despacho Decisório Sefis/DRF/SBC nº 45/2012 que indeferiu as restituições de imposto de renda pleiteadas nas declarações dos anos-calendário 2011 e 2012 e exigiu a devolução do imposto já restituído no valor de R\$ 7.461,07 (ano-calendário 2010).*

*Conforme relatório, o Serviço de Fiscalização de Ribeirão Preto protocolizou representação fiscal em face de Poliedro Contadores S/C Ltda e de todos os contribuintes que apresentaram Declaração de Ajuste informando esta pessoa jurídica como fonte pagadora de rendimentos.*

*No processo de representação fiscal 15956.000096/201155 apurou-se a existência de indícios de que a Poliedro Contadores S/C Ltda apresentou DIRFs fraudulentas dos anos-calendário 2010 e 2011 para fundamentar compensações de IRRF nas declarações de beneficiários fictícios com o objetivo de obter restituições de imposto de renda.*

*Nas DIRFs apresentadas foram informados rendimentos de trabalhos sem vínculo empregatício e imposto retido com o código 0588. Entretanto, não houve nenhum recolhimento do imposto declarado, mas apenas compensações. Em levantamento efetuado na GFIP, constatou-se que a empresa não relacionou nenhum prestador de serviços (Informação Fiscal (fls. 143/157) – processo 15956.000096/201155).*

*Ainda com base nos trabalhos desenvolvidos pela Fiscalização da DRF Ribeirão Preto, apurou-se, tomando-se depoimentos de beneficiários das restituições e verificando-se extratos bancários, que as restituições eram depositadas em suas contas e, em seguida, eram repassadas a Waldomiro Carlos Zola, apontado com um dos responsáveis pela empresa. Do valor repassado, remanesce em poder do beneficiário a importância de R\$ 500,00 (processo 15956.000096/201155 – fls. 143/157).*

*Percebe-se, portanto, que o conjunto probatório reunido pela autoridade fiscal é bastante robusto e aponta com clareza os indícios de fraude cometido pela empresa Poliedro Contadores S/C Ltda e pelos contribuintes que se valeram dessas DIRFs para forjar restituições.*

*Ainda que todas essas provas não fossem suficientes para descharacterizar o valor probante das declarações apresentadas pela Poliedro Contadores, os documentos juntados pelo contribuinte trazem informações que mostram não ter havido razão para possíveis retenções do imposto.*

*A DIRF do ano-calendário 2010 indica pagamento de R\$ 30.000,00, com a retenção de R\$ 7.557,22, no mês de dezembro (fl. 40). A DIRF do ano-calendário 2011 indica pagamento de R\$ 37.500,00, com a retenção de R\$ 9.588,55, em setembro.*

*Os Comprovantes de Rendimentos de fls. 42/43 espelham as informações prestadas nas DIRF dos correspondentes anos-calendário.*

*Já as planilhas denominadas Controle Financeiro (fls. 48/49) informam, contrariamente às DIRF, que houve pagamentos mensais ao longo dos anos de 2010 e 2011, como se salários fossem, e não apenas um pagamento em data única.*

*Saltam aos olhos as divergências de informações entre as DIRF e essas planilhas. Na DIRF o pagamento é feito em parcela única e o imposto é o resultado da aplicação da tabela progressiva mensal.*

*Por outro lado, as informações constantes das planilhas indicam realidade totalmente oposta à tratada na DIRF. Levando-se em conta essas planilhas, os rendimentos teriam sido pagos mensalmente, como salários, ao longo de todo o ano-calendário e, pelo valor dos rendimentos, não teria havido retenção de IRRF em vários meses e o total anual seria muito aquém daquele declarado em DIRF.*

*À guisa de exemplo, aplicando a tabela progressiva vigente para o ano-calendário 2010 sobre os rendimentos mensais, conforme planilha de fl. 48, tem-se que, se o contribuinte tivesse de fato recebido tais valores, o valor total do imposto retido no ano seria de R\$ 1.373,51 e não os R\$ 7.557,22.*

*Na planilha referente ao ano-calendário 2011, além de ficar evidenciado que os valores mensais, pretensamente pagos, ficariam bem abaixo do limite de incidência do imposto, constam, ainda, pagamentos correspondentes a outros anos-calendário.*

*Com base em todas essas evidências, não se pode considerar os comprovantes de pagamentos e as DIRF hábeis a demonstrar a retenção do imposto de renda retido na fonte, razão pela qual deve ser indeferida restituição pleiteada.*

*Dessa forma, voto pela improcedência da manifestação de inconformidade, mantendo a decisão da DRF de origem e a cobrança da devolução da restituição indevida.*

Isto posto, e pelo que mais consta dos autos, conheço do Recurso Voluntário, e no mérito nega-se provimento.

É como voto.

(documento assinado digitalmente)

Virgílio Cansino Gil